



Exmo. Senhor
Presidente da Comissão Parlamentar de Cultura
Deputado Luís Graça

São Bento, 2 de setembro de 2023.

Assunto: *Audição da Autoridade Nacional de Emergência e Protecção Civil, do Sr. Presidente da Câmara do Porto, do Sr. Ministro da Cultura, da Comunidade de Músicos do Centro Comercial STOP e da Administração de Condomínio sobre a situação daquele pólo cultural*

O CC STOP, localizado na rua do Heroísmo, no Porto, tornou-se nas últimas décadas num espaço cultural com características únicas. Com mais de uma centena de salas de ensaio e estúdios de inúmeros artistas, foi considerado, em 2015, um dos "ecossistemas culturais mais interessantes da cidade", nas palavras do então vereador da cultura, Paulo Cunha e Silva. O Presidente da Câmara do Porto, numa entrevista em 2019, tinha afirmado o que é amplamente reconhecido: o STOP "é um património muito importante para a cidade, é ali a fábrica de música do Porto (...) Queremos que aquilo fique ali. É um sítio mítico da cidade." A importância do STOP no panorama musical do país tem vindo a ser sublinhada por inúmeros agentes culturais de várias cidades.

As declarações públicas, no entanto, não impedem que o STOP esteja sob perigo, e com ele o desenvolvimento musical no país. A 18 de julho, uma ação policial no Centro Comercial STOP determinou o encerramento de cerca de 100 salas sem notificação prévia da maior parte dos proprietários e utilizadores. Os músicos ficaram sem acesso ao seu local de trabalho.

A comunidade do STOP manifestou-se, denunciou a ausência de diálogo da autarquia e os processos de especulação imobiliária que envolvem aquele quarteirão e multiplicaram-se ações de solidariedade. Fruto de uma mobilização muito significativa, a Câmara Municipal do Porto acabou por recuar, aceitando discutir com a Associação Alma Stop e com a Associação Cultural de Músicos do Stop a reabertura dos espaços, com restrições provisórias de horários, garantias de segurança do edifício, nomeadamente ao nível da prevenção de incêndio. Afirmou na altura que, para isso, “o município vai fazer um investimento nos meios de segurança, que não estão, atualmente, em condições” (porto.pt).

Para além do envolvimento do Município do Porto na manutenção do CC STOP, das associações representativas dos músicos e dos lojistas, do condomínio e dos proprietários, sempre foi entendimento do Bloco de Esquerda que o Ministério da Cultura deve não só ter uma palavra a dizer, mas intervir concretamente de forma a assegurar a continuidade do CC STOP como pólo cultural com a relevância que tem no país. Foi nesse sentido que submetemos no passado dia 31 de julho uma pergunta ao Sr. Ministro da Cultura para a qual não obtivemos ainda resposta.

No passado dia 1 de setembro, foi tornado público pela Câmara Municipal do Porto um relatório da Autoridade Nacional de Emergência e Protecção Civil (ANEPC) sobre as condições do edifício e a segurança de pessoas e bens. Embora assinalando os problemas que põem em causa a segurança, a ANEPC não determina nem propõe o encerramento do STOP. O relatório em causa identifica o conjunto de questões que carecem de intervenção para ‘reposição da legalidade’, fazendo uma sistematização que deve servir de base para a adopção das medidas necessárias para colmatar as deficiências em causa e manter o Centro Comercial STOP como o pólo cultural que representa na cidade e no país.

Todavia, no mesmo dia 1 de setembro, a Câmara do Porto divulgou a decisão de encerrar novamente o CC STOP, pouco tempo depois da sua reabertura, decisão alvo de despacho já assinado pelo Presidente da Câmara, dando dez dias aos músicos e aos lojistas para saírem do edifício,

sem ter havido, mais uma vez, qualquer reunião ou diálogo com a comunidade do STOP. É com base num parecer solicitado aos Serviços Jurídicos da Câmara Municipal do Porto que é tomada esta medida, contrária ao interesse público, à política cultural e de cidade, às necessidades dos músicos (alguns deles proprietários) e dos lojistas.

O encerramento abrupto, sem qualquer processo de diálogo e que não decorre de recomendação da ANEPC é uma decisão política totalmente injustificada no tempo e no modo. O Parlamento não deve assistir passivamente a esta situação de destruição de uma comunidade cultural e o Ministério da Cultura não pode alijar responsabilidades, dada a importância deste equipamento e a grave situação em que serão colocados cerca de 500 trabalhadores da cultura, devendo atuar de imediato na garantia da manutenção deste viveiro cultural nos moldes atuais, com as necessárias obras e atualizações de segurança, relegadas ao longo de décadas.

Assim, face ao exposto, e ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda requer a audição urgente, nesta Comissão, da Autoridade Nacional de Emergência e Protecção Civil, do Sr. Presidente da Câmara do Porto, do Sr. Ministro da Cultura, da Comunidade de Músicos do Centro Comercial STOP e da Administração de Condomínio sobre a situação daquele pólo cultural.

O deputado e a deputada do Bloco de Esquerda,

José Soeiro,

Joana Mortágua